

Resumo: são apresentados e analisados os resultados de um estudo sobre as determinações e significações do uso de drogas, criminalidade e relação droga-crime. Destacam-se os aspectos relativos à evolução das significações em trajetórias de droga-crime, particularmente as de indivíduos que evoluem de consumos privados, auto-determinados, para uma situação de dependência da droga associada à prática (pública) de crimes, hetero-determinados.

Palavras-chave: auto-hetero-determinação, significações, posições de significação transgressiva, droga, crime, relações droga-crime, trajetórias desviantes.

Resumé: L'auteur présente et analyse les résultats d'une étude sur les déterminations et les significations associées à la consommation de drogues, la criminalité et les relations drogue-crime. Les aspects relatifs à l'évolution des significations au niveau des trajectoires drogue-crime sont mis en évidence, particulièrement les trajectoires qui passent d'une consommation privée, auto-déterminée, à une situation de dépendance de la drogue associée à la pratique (publique) de crimes, hetero-déterminés.

Mots-clé: auto-hétéro-détermination, significations, positions de signification transgressive, drogue, crime, relation drogue-crime, trajectoires déviantes.

Abstract: The author presents and discusses the outcomes of a study about determinations and meanings associated to drug use, crime and drug-crime relationship. The evolution of significations along drug-crime pathways are emphasized, especially on what concerns the cases that evolve from private, self-determined drug use to drug addiction related to public (hetero-determined) criminality.

Keywords: auto-hetero-determination, meanings, positions of transgressive meaning, drugs, crime, drug-crime relationship, deviant pathways.

Das descobertas privadas aos crimes públicos: evolução dos significados em trajetórias de droga-crime

Celina Manita

Introdução

Ao contrário do que a recente "explosão discursiva" sobre este fenómeno poderia fazer crer, são ainda escassos os estudos científicos que analisem as relações entre o consumo de drogas e a prática de crimes. E, dentro destes, dominam os estudos centrados nas relações de causalidade simples, directa, linear, entre os dois fenómenos, quase sempre partindo do pressuposto - amplamente difundido ao nível do discurso do senso comum, mas cientificamente contestável - de que "a droga causa o crime".

Neste contexto, urge desenvolver investigação que aprofunde o conhecimento sobre estes fenómenos e suas interrelações, não esquecendo o estudo das dimensões processuais associadas ao seu desenvolvimento e o estudo das significações e sentidos de que estes comportamentos se revestem para os seus actores. É precisamente a esse nível - processual e das significações - que se têm situados os estudos que desenvolvemos nos últimos anos (Manita, 1997, 1998; Manita, Negreiros e Agra, 1997), muito particularmente aqueles que, ao nível das relações droga-crime⁽¹⁾, procuraram analisar um conjunto de aspectos particularmente relevantes para a compreensão da natureza dessas relações: as determinações e significações dos actos criminais, do uso de drogas e da relação entre os dois (e sua evolução no tempo), bem como as *posições de significação transgressiva* (Agra, 1990, 1991) dos sujeitos que os praticam. Embora existam diferentes padrões e trajetórias de consumo de droga, de criminalidade e de relação entre os dois, identificados e definidos já por diferentes autores (e.g., Faupel, 1991; Agra e Matos, 1997; Agra, 1998) será sobre as dimensões de sentido associadas apenas a trajetórias de sujeitos que combinam o consu-

mo de drogas com a prática do crime, a partir de agora designadas trajetórias de droga-crime, que o presente texto incidirá.

O transgressor como sujeito autopoietico

Inscrevendo-se no quadro das abordagens processuais, e afastando-se da lógica positivista que tem dominado o estudo das *relações droga-crime*, a nossa posição teórico-epistemológica aproxima-se das teorias do *actor social*, *teorias construtivistas* e *teorias da narratividade* - entre as quais se encontram, aliás, vários pontos de convergência e consonância - inscrevendo-se, de forma muito particular, no contexto das *teorias da auto-organização*, e, mais especificamente ainda, na teoria do *sujeito autopoietico* desenvolvida por C. da Agra (1990, 1991, 1994).

A noção de autopoiese apresenta, entre muitas outras, a vantagem de nos permitir restituir ao sujeito a capacidade de se constituir actor social, produtor de si e dos seus percursos, no jogo dos múltiplos processos individuais, sociais, contextuais, históricos em que se move, no jogo das necessidades e contingências, das determinações e indeterminações que sobre ele actuam, em vez de o encarar como resultado de causalidades ou determinações incontornáveis, internas e externas, regidas por leis universais, fixas e pré-definidas. Produtor de sentidos múltiplos para a sua vida, construtor de trajectos e de projectos, produto e produtor de uma história pessoal que progressivamente vai construindo e revestindo de intencionalidades várias, por vezes, concretizados através da e à luz da transgressão.

Em consonância, os comportamentos transgressivos são encarados, não como resultante directa e particular de características psicossociais ou de traços de personalidade pré-definidos, ou ainda de determinantes situacionais, mas antes como modalidades de acção activamente definidas e construídas pelos seus actores, na sua relação com o mundo e com os outros. Actores que se movem num dado contexto e numa dada temporalidade e que, ao longo do seu percurso existencial, vão construindo significações e sentidos próprios para o agir e para o seu posiciona-

mento face ao mundo.

Dois aspectos se tornam, assim, nucleares, para a compreensão dos sujeitos e das suas acções - *temporalidade* (e nela, os *processos*) e *intencionalidade* (suporte de constituição das *significações e sentidos*). *Auto-organização* e *autopoiese* revelam-se conceitos mais aptos a traduzir, não só estas dimensões, como toda a complexidade, características e natureza dos sistemas humanos, seu funcionamento e desenvolvimento. A auto-organização sendo conceptualizada como a capacidade de construção de ordem a partir da desordem ou do ruído, no jogo das interações entre (i) redundância/ repetição/ regularidade, (ii) variabilidade/ improbabilidade/ complexidade, e (iii) fiabilidade do sistema (dimensões que procuram um compromisso óptimo entre si), dando origem a novas propriedades não antecipadas ou pré-determinadas: as propriedades emergenciais (Maturana e Varela, 1980; Atlan, 1979). Um sistema diz-se auto-organizado quando é capaz de evoluir para melhor prosseguir as suas finalidades face ao meio interno e externo. Assim, a auto-organização não é uma propriedade de qualquer sistema, mas apenas dos sistemas finalizados, dotados da capacidade de escolher uma dada trajetória de entre as várias possíveis (Agra, 1997).

Neste contexto, o *sujeito autopoietico* surge como uma entidade finalizada, dotada da capacidade de auto-organização, isto é, capaz de se criar a si própria, de se transformar e de evoluir para uma melhor e mais eficaz prossecução das suas finalidades e projectos. Entidade que, na prossecução do "fim subjectivo" ou da finalidade última que o orienta⁽²⁾ (Agra, 1997), é capaz de integrar os ruídos, a variabilidade, a diversidade e as flutuações, é capaz de mudar e de se reger em função das perturbações que afectam o seu anterior estado e, através dessa integração, ser organizador activo de sentidos e de uma identidade própria, coerente e viável (Maturana e Varela, 1980; Varela, 1988; Atlan, 1979).

A teoria do sujeito autopoietico (TSA), de C. da Agra (1986, 1990, 1991, 1994), conceptualiza o sistema do indivíduo como sistema complexo, auto-organizado, dotado da propriedade de autopoiese, constituído por

3 subsistemas, também eles complexos e auto-organizados (hierarquizados, com estratos interdependentes, mantendo relações de interferência e integração mútua e progressiva): o *sistema de personalidade*, o *sistema de acção* ou *sistema etoético* e o *sistema de significação*.

São sete os estratos considerados no sistema de personalidade, organizados hierarquicamente e evoluindo do neuropsicológico ao político (passando pelo psico-sensorial, expressivo, afectivo, cognitivo, experiencial), sendo ao estrato político que compete a gestão e a integração finalizada, complexa, do sistema. O sistema de personalidade constitui-se como matriz do sistema psíquico, tendo como função central dar um destino/significação psicológica ao substrato biológico e ao superestrato sócio-cultural; é forma e não conteúdo, matriz de possibilidade (produz as condições de possibilidade) do sistema de acção (Agra, 1986, 1990). Por seu turno, o sistema de acção, ou sistema etoético, constitui um subsistema pragmático (de orientação da acção) do sistema psíquico, composto também ele por diferentes estratos conjuntos de acções (psicobiológicas, afectivas, cognitivas,...), sendo que a interrelação entre os estratos dá origem a propriedades emergenciais: emergência do ético e emergência do psíquico⁽³⁾

O sistema de personalidade é matriz de produção do sistema de acção e define as condições da sua possibilidade, enquanto o sistema de acção é processo de materialização do sistema de personalidade e define as condições da sua operacionalidade; a sua interrelação (relação forma-conteúdo) é produtora de sentido(s), sentidos que se organizam de forma narrativa, e são organizadores da identidade pessoal e dos *planos de significação existencial* (por vezes, de *posições de significação transgressiva*) que os sujeitos desenvolvem. Os planos de significação existencial são pontos de convergência das variáveis individuais, espaciais e temporais, e cada nível ou plano de significação existencial corresponde a graus de complexidade, de auto-organização ou autopoiese sucessivamente mais elevados, ou seja, a diferentes graus de saber e poder sobre si e sobre as suas acções (Agra, 1998).

São quatro os planos de significação definidos pelo autor (Agra, 1990, 1994), resultantes da integração mútua e da interacção dos diferentes elementos dos sistemas da personalidade e da acção: ontológico, deontológico, lógico e teleológico. Concomitantemente, são quatro as *posições de significação transgressiva* propostas: *substantiva* (de *fatalismo* etológico, biológico - posição do "agir por agir", do "as coisas são assim, porque não podem ser de outra forma" ou ter sentidos distintos dos que têm); *solidária* (por pressão ou determinismo social, hetero-normatividade - posição convencional, do "ser/fazer dessa maneira porque é dessa maneira que todos são/fazem"); *solitária* (de auto-determinação psicológica, assente num saber sobre si e os actos, assente numa lógica da acção - posição de "saber do fazer", um agir fortemente auto-determinado, de convicção no poder criador do próprio sujeito, de acordo com as lógicas, projectos e sentidos pessoais, orientados pelos processos superiores de governação de si e da relação com o meio); e *projectiva* (de verdadeira *autopoiese*, posição de acção sobre as circunstâncias, de integração biopsicossocial e de projecção temporal e histórica (significante, finalizada, teleológica) de si no mundo)⁽⁴⁾.

Dado que, do ponto de vista da TSA, o que constitui o principal objecto de análise não é o comportamento em si, nem a personalidade em si, mas o que emerge da sua relação, isto é, os seus sentidos, o plano de significação existencial em que os actos se inscrevem, o estudo desenvolvido centrou-se em dois aspectos: as determinações e as significações que os próprios sujeitos atribuem às suas acções transgressivas, e a sua integração em posições de *significação transgressiva*.

Significações da acção

Antes de avançar para a apresentação da metodologia utilizada e dos resultados obtidos, apenas uma breve referência teórica que nos parece importante. De acordo com um conjunto de análises que desenvolvemos (Manita, 1998), podemos afirmar que muitas das premissas ditas inovadoras, ou até revolucionárias, por parte de autores contemporâneos, foram já enunciadas nos anos 30-40 pelos teóricos do interacção-

nismo simbólico, nomeadamente por aquele que, pela primeira vez, utilizou este conceito - H. Blumer. Como é sabido, o interaccionismo simbólico destaca o facto dos sujeitos agirem em função dos significados que as situações ou os eventos têm para si, sendo que esses significados são um produto social resultante das interacções entre indivíduos. A utilização do significado, por cada actor social, deriva de um processo de interpretação, a partir da manipulação simbólica, individual e colectiva, dos significados possíveis; processo este que é complexo e não uma mera aplicação automática de significações. O sujeito não é um organismo fixo que produz comportamentos por reacção directa a estímulos, mas um ser complexo que converte percepções em significações diversas, mediadoras e orientadoras da sua acção (não se limita a reagir, age). Constrói activamente os seus percursos existenciais, aprendendo através das interacções e reflectindo, a cada momento, sobre as consequências da sua conduta, a partir dum movimento ou processo de "eu em espelho", fruto de sucessivas auto e hetero-interacções (Mead, 1934; Blumer, 1969). Será na sequência do desenvolvimento destas propostas teóricas que diferentes autores virão destacar o carácter significativo do comportamento humano e o seu indeterminismo, a necessidade de estudar essas significações a partir do contexto social em que foram produzidas (as acções sociais adquirem significado a partir do contexto em que se situam, mas simultaneamente definem esse mesmo contexto), e a necessidade de recusar uma visão determinista do ser humano. Dois dos autores que mais terão contribuído para o estudo das significações e sua influência na acção transgressiva (embora nem sempre reconhecidos a este nível) são Matza e Sykes (Matza, 1964, 1969; Sykes e Matza, 1957), cujas teorias sobre a aprendizagem dos comportamentos desviantes, as subculturas desviantes e seus valores, a evolução das carreiras criminais e, muito particularmente, os estudos que desenvolveram sobre as *técnicas de neutralização cognitiva* são sobejamente conhecidas e nos dispensamos de apresentar aqui.

Interessa-nos apenas salientar que as *técnicas de neutralização* (e.g., negação da responsabilidade,

negação do dano, condenação dos condenadores) definidas por estes autores (Sykes e Matza, 1957) constituem modalidades de pensamento ou cognições que afectam a evolução do comportamento do indivíduo, através da transformação dos significados atribuídos à(s) realidade(s)⁽⁵⁾. As propostas de Sykes e Matza (1957) parecem-nos estabelecer, simultaneamente, pontos de comunhão com a *teoria das atribuições causais*, apesar de traduzirem dimensões distintas do processo de produção de significações e analisarem, de forma diversa, o modo como as significações interferem no tipo de acção que é desencadeada (a começar pela contestação da noção de causalidade directa, que a maioria das teorias da atribuição ainda alimenta). Muito brevemente, recordemos que, em 1958, Heider introduz a noção, ainda hoje amplamente utilizada, de *atribuição* enquanto procedimento quotidiano que cada um de nós implementa, no sentido de gerir as experiências e acções vivenciadas. Defendia o autor que todo o ser humano age como um "psicólogo ingénuo", desenvolvendo teorias e explicações sobre o real e sobre a causalidade subjacente aos seus comportamentos, teorias essas assentes no "senso comum" e nas experiências quotidianas: as atribuições, mais concretamente, atribuições causais.

Dando continuidade às propostas de Heider, H. Kelley (1971) aprofundará o *estudo do processo de atribuição*, concebendo um modelo que, embora assente na mesma analogia do "procedimento científico ingénuo", se revela mais vasto e englobante - o "modelo da covariação e do esquema causal" -, e que está na base da actual divisão entre: atribuições que fazemos enquanto *actores* (sobre a própria pessoa e o comportamento pessoal, ou auto-atribuições) e as que fazemos enquanto *observadores* (sobre os outros e os seus comportamentos, ou hetero-atribuições).

Dessa forma, e conjuntamente com as técnicas de neutralização, as *atribuições* (como a *categorização*, as *teorias implícitas*, ...) configuram-se processos de construção de significações (e de determinadas modalidades de relação com o mundo/os outros) capazes de sustentar a emergência e o desenvolvimento de diferentes modalidades (e sentidos) de comportamento

transgressivo. Podendo um mesmo acto, por exemplo o consumo duma mesma droga ou a prática dum mesmo crime, ou ainda a relação entre os dois, ser perspectivados e justificados de formas totalmente diferentes por diferentes sujeitos, em diferentes tempos e contextos, comportando sentidos distintos para actores distintos, mais ou menos complexos, mais ou menos auto - ou hetero-determinados por cada um deles.

O recurso a narrativas

Nas últimas duas décadas, um número crescente de estudos tem vindo a demonstrar que os nossos processos perceptivos, afectivos, cognitivos e de acção possuem uma estrutura e são organizados de forma narrativa (Sarbin, 1986; Bruner, 1986, 1991; Gergen e Gergen, 1988). Experiência de passado e sua projecção no futuro estruturam-se e organizam-se de forma narrativa, actuando o sentido como principal organizador da identidade, garantindo o necessário sentimento de viabilidade e de continuidade e coerência no tempo. Assente na intencionalidade, toda a narrativa é produto e produtora de significações pessoais e de sentidos para a acção e para a existência. Dessa forma, o recurso às narrativas como instrumento metodológico central surgiu-nos como opção quase incontornável neste estudo. Paralelamente a esta concepção teórica, outros aspectos, de carácter metodológico, vieram sustentar a nossa opção última. Referimo-nos ao facto das narrativas serem consideradas, globalmente: (i) instrumentos privilegiados para a obtenção de dados sobre tópicos e fenómenos resistentes aos métodos mais convencionais (são-no a criminalidade e o consumo de drogas, bem como a relação entre os dois); (ii) instrumentos de grande utilidade nos estudos que incluem processos de construção social, como é o caso nestes dois fenómenos; (iii) e instrumentos particularmente adequados para o estudo das dimensões processuais (e não só dos resultados ou dos produtos finais). Por último, as narrativas permitem a articulação e a análise de opostos, de ambiguidades, de contradições, da variabilidade, todas elas características imanentes às experiências subjectivas humanas, o que não é possível através de outros instrumentos metodológicos, ditos

objectivos e quantitativos (Robinson e Hawpe, 1986; Baumeister, 1991; Baumeister e Newman, 1994).

Dado que, por um lado, o crime e a droga são fenómenos marginais e intersticiais, ocultados pelos indivíduos que os praticam, revestidos de lógicas e sentidos próprios e com uma complexidade incontornável; e que, por outro lado, procuramos, neste estudo, aceder aos processos subjacentes às acções transgressivas dos indivíduos (processos e modalidades de hetero-auto-determinação da acção, significações e posições de significação transgressiva) e não apenas à sua face comportamental mais visível (cometimento de um dado delito, consumo de uma dada droga, estabelecimento de um dado tipo de relação, ou não, entre os dois), pareceu-nos que o recurso às narrativas constituía, de facto, a opção metodológica mais completa e adequada. As narrativas analisadas no nosso estudo foram obtidas através de um conjunto de questões abertas, incluídas num guião de entrevista mais vasto, e diziam respeito às razões e factores que levaram o indivíduo à iniciação na prática de crimes e à reincidência, à iniciação no consumo de drogas e sua manutenção, e ainda à relação entre o consumo de drogas e o crime⁽⁶⁾. Estas narrativas foram submetidas a uma análise de conteúdo de tipo categorial, por milha, seguindo as etapas e as regras definidas para este tipo de técnica (Bardin, 1977; Ghiglione *et al*, 1980)⁽⁷⁾.

Após análise de conteúdo, os dados obtidos foram submetidos a tratamentos de tipo qualitativo e de tipo quantitativo, no quadro de uma abordagem metodológica compósita e integrativa, na linha do actual paradigma de investigação *hermenêutico*, *fenomenológico* ou *construtivista* (Guba e Lincoln, 1989), com as vantagens que são já reconhecidas a esta integração metodológica (Ingold e Ingold, 1988, 1990; Denzin, 1990; McKeganey, 1995).

Amostra

Os resultados apresentados neste estudo reportam-se a um total de 334 sujeitos, na altura reclusos de diversos estabelecimentos prisionais do país, sendo que 264 são do sexo masculino (79%) e 70 do sexo feminino (21%). A maioria destes indivíduos situa-se na

faixa etária dos 21 aos 30 anos (55%), seguindo-se os indivíduos da faixa etária dos 31 aos 40 anos (24%) verificando-se, ainda, que 10% tinham entre 41 e 50 anos, 8% entre os 17 e os 20, situando-se os restantes 3% acima dos 50 anos.

Dos 334 sujeitos aqui considerados, 117 são delinquentes primários (35%) e 217 são reincidentes (65%), sendo que, destes, 82 são reincidentes condenados actualmente pelo segundo delito e 135 são reincidentes de carreira, com diversas condenações e anteriores detenções. 61% dos sujeitos cometeram, como primeiro delito, crimes contra a propriedade, 11% cometeram crimes violentos/contra a pessoa, 25% crimes relacionados com as drogas e, finalmente, 3% crimes que se poderão designar genericamente de "status offenses". No que se reporta à reincidência, o crime mais frequente continua a ser do tipo contra a propriedade (para 77% dos sujeitos), seguindo-se o crime relacionado com as drogas (para 18% dos sujeitos) e o crime violento/contra a pessoa (5% dos indivíduos)⁽⁸⁾.

Destes 334 sujeitos apenas 26% não são consumidores regulares de qualquer droga, 4% são consumidores exclusivamente de álcool, e os restantes 70% são consumidores habituais de diferentes substâncias psicoactivas (alguns acumulando o abuso de drogas com abuso de álcool). Destes, 217 são consumidores das ditas "drogas duras" (particularmente heroína e cocaína, frequentemente associadas ao consumo de "drogas leves"), enquanto que apenas 17 referem o consumo exclusivo de drogas ditas "leves" (haxixe e marijuana).

Os sujeitos referem ter iniciado os seus consumos com "drogas leves", em 67% dos casos, com "drogas duras" em 28% dos casos, e com álcool em 5% das situações. Maioritariamente, o contexto de iniciação ao consumo foi grupal (para 68% dos indivíduos), havendo 19% de sujeitos que referem ter-se iniciado no consumo de drogas sozinhos, e ainda 13% que afirmam ter oscilado entre os dois contextos desde o início, ou não se recordar já dos pormenores da sua iniciação no consumo de drogas. No momento da detenção constatava-se uma inversão nesta situação, com 46% dos sujeitos a referir um consumo preferencial a sós, e apenas 28% referindo o consumo

regular e preferencial em situação de grupo, registando-se ainda que 26% dos indivíduos, tanto consumiam sozinhos, como em grupo, em função das condições de aquisição do produto, mais ou menos favoráveis a uma ou outra situação.

Evolução das significações nas trajetórias de droga-crime

Tal como foi já referido, procurámos, com base nas narrativas sobre a acção produzidas pelos próprios sujeitos, aceder às significações e sentidos que elas comportavam para os seus actores, quer no que dizia respeito aos consumos de drogas, quer no que dizia respeito à prática de crimes, quer no que dizia respeito à relação entre os dois. Apesar de nos referirmos aqui a elementos relativos a cada comportamento isoladamente, e em cada tempo da carreira, será sobre a análise global da evolução das *trajetórias de droga-crime* e suas significações que nos debruçaremos de forma mais desenvolvida neste texto⁽⁹⁾.

Através da análise de conteúdo realizada, obtivemos, ao nível das significações e lógicas da acção, 38 categorias gerais iniciais, posteriormente reagrupadas em função da proximidade semântica dos seus conteúdos. Resultaram, no final, um total de 19 categorias que se podem considerar integradoras das atribuições e dos significados atribuídos aos diferentes comportamentos pelos sujeitos da amostra. A maioria destas categorias são comuns aos dois tipos de comportamentos em análise (nomeadamente, as categorias 2 - "problemas familiares"; 3 - "pressão social"; e 6 - "características negativas da personalidade"), enquanto que outras categorias são específicas para cada um deles, como é o caso das categorias 4 - "dependência" - e 5 - "fuga aos problemas" - específicas do uso de drogas; bem como as categorias 9 - "relacionado com o consumo de drogas" - e 13 - "falhas no processo de reinserção social" - específicas do crime. Foram ainda estabelecidas três categorias para as relações droga-crime, mais concretamente: categoria 17 - "crime cometido para sustentar consumos de drogas"; categoria 18 - "crime devido a estados de consciência alterados" e; categoria 19 - "a própria

droga constitui o crime" (i.e., consumo e posse) ⁽¹⁰⁾. Estes agrupamentos de significados, para além de darem conta da variedade de significações associadas a estes comportamentos, surgem de forma diferenciada para os consumos de drogas e para a prática de crimes (e ainda mais diferenciada para a relação entre os dois), e igualmente diferenciada em função do momento da trajectória (e do tipo de trajectória) considerado, indiciando as diferentes organizações de sentidos que os diferentes actores vão construindo em cada momento e modalidade de acção.

Actividade Criminal

Como se pode verificar pelos dados constantes do Quadro 1, a maioria dos indivíduos - 34% para o início e 42% para a reincidência - aponta, como razão primeira para a prática dos seus delitos, a necessidade de sustentar consumos de drogas, enquanto 11% e 7%, respectivamente, referem praticar esses delitos por estar "sob o efeito" das drogas consumidas. A expressão deste tipo de relação revela, frequentemente, processos de "colagem" ao discurso dominante sobre as drogas e sobre a existência de uma relação causal droga---->crime, funcionando também, em certos casos, como uma técnica de neutralização cognitiva ⁽¹¹⁾.

À associação aos consumos de drogas segue-se, percentualmente, aquilo que poderia ser designado como uma "recusa de atribuição de significação", categoria que apelidámos genericamente de "reactividade/acidente", e que traduz as situações ditas impen-sadas, incontroláveis, perfeitamente ocasionais e casuais, ou de resposta inevitável a uma provocação do exterior. Esta dimensão de significado surge com alguma relevância no caso dos primeiros actos criminais, mas desaparece quando nos situamos ao nível da reincidência. Curiosamente, também os diferentes tipos de "necessidades económicas" parecem justificar a entrada na actividade criminal mas perder sentido quando se passa a ter envolvimento activo em carreiras de criminalidade. Como se a construção de uma trajectória criminal estivesse para além das "meras" necessidades primárias e dos sentidos mais elementaristas (ou, noutras palavras, não fizesse sentido *ser-se criminoso* por acaso ou

"apenas" por falta de dinheiro, embora possa fazer sentido cometer um acto delitivo por essas razões). Este panorama altera-se, contudo, como veremos, quando a dependência das drogas "obriga" o indivíduo à prática de crimes para a sua manutenção. É-se actor e autor de intencionalidades criminais desde que não se esteja em situação de subordinação às drogas - nessa altura, "é a vida psicológica, a vida sócio-cultural, o corpo, o espaço e o tempo vivido, que se dissipam à medida que o consumo das drogas e a prática de delitos convergem, interagem, se integram e se indiferenciam sob o poder das substâncias" (Agra, 1998, p. 94).

Quadro 1 - Distribuição das significações associadas ao crime, no momento da iniciação e da reincidência (perspectiva de actor)

Categoria	Início da actividade criminal (n= 334)	Reincidência (n=217)
Relac. c/ consumo drogas	34%	42%
Reactividade/Acidente	21%	7%
Necessidades económicas	13%	----
Pressão social	12%	8%
Efeitos drogas/álcool	11%	7%
Intencionalidade do acto	5%	7%
Caract. negat. personalid.	4%	6%
Falhas proc. reins. social	----	5%
Diversos	----	6%
Não sabe/Não resp.	----	12%

A categoria "intencionalidade da acção" (5% e 7%) engloba as referências a um envolvimento criminal orientado por objectivos mais complexos e intencionalizados, de significatividade mais elevada, e integrados em projectos existenciais mais amplos, nomeadamente a vontade de agir sobre circunstâncias (sócio-económicas, sócio-culturais, eco-sociais, sócio-profissionais, familiares) adversas, procurando "vias alternativas" de sucesso pessoal e social. Como se pode verificar pela leitura do Quadro 1, este tipo de significações surge com menor frequência que as categorias de significado mais elementares. No entanto, o facto da sua referência ir aumentando ao longo da reincidência criminal, vem reforçar a ideia atrás expressa de que as carreiras criminais intencionais tendem a organizar-se em torno de significados e sentidos mais evoluídos e integrados ⁽¹²⁾.

Na categoria geral "falhas no processo de reinserção

social", encontrámos dois tipos de produções discursivas: as que se limitam a reproduzir "teorias implícitas" socialmente difundidas sobre a reinserção social e sobre o estabelecimento prisional enquanto "escola do crime"; e as que procuram realizar uma análise e uma crítica construtivas (apesar de semanticamente destrutivas), em torno do sistema jurídico-penal e, de forma mais global, das instâncias de controlo social. Aí, são feitas referências ao que nelas necessitaria ser alterado para produzir efeitos gerais na sociedade, e, na sequência dessas alterações macro-sociais, na própria criminalidade.

Consumos de drogas

De forma algo distinta do que acontecia para a criminalidade, a categoria de significação mais frequentemente referida para os consumos de drogas situa-se num *plano lógico* (por vezes quase *teleológico*). Ela foi designada genericamente por "experiência de si", e traduz um plano de significação centrado na descoberta das vivências e experiências induzidas pelas diferentes drogas, com uma vontade expressa de descoberta ou de *saber de si, e de saber sobre o acto de consumir*⁽¹³⁾ (Quadro 2). Isto é, revela uma vontade de agir sobre si e sobre as suas vivências, em que as drogas aparecem como instrumento de acção voluntária, transformadora da relação consigo próprio e com o mundo, ou, dito de outra forma, um plano de significação em que o fenómeno da psico-actividade aparece como meio de agir voluntariamente sobre si e sobre as suas condições de existência.

Quadro 2 - Distribuição das significações associadas ao início e manutenção dos consumos (perspectiva de actor) (n= 246)

Categoria	Início dos consumos	Manutenção
Experiência de si	58%	41%
Dependência	---	46%
Pressão social	33%	7%
Fuga aos problemas	---	6%
Problemas familiares	5%	---
Diversos	4%	---

Este primeiro tempo do consumo, um espaço de descoberta pessoal, quase sempre iniciada em meio privado, muitas vezes no contexto do grupo de amigos,

tende a evoluir para padrões de dependência da droga, os quais, quando associados à prática de crimes, culminam em desestruturação experiencial e significativa da acção e da própria trajetória global de vida do indivíduo⁽¹⁴⁾. Esta, passa a estar, então, quase exclusivamente centrada na necessidade de consumir e no crime praticado para sustentar esses consumos, acções geralmente individuais e deslocadas, agora, para o espaço público.

Apesar da maioria das situações analisadas nesta amostra evoluir (ou se fechar, *envolver?*...) da vontade ou experiência de *saber sobre si e sobre o seu acto*, para um novo determinante (ontológico) do uso de drogas - a *dependência* (46%), os determinantes lógicos, ou mesmo teleológicos, continuarem a apresentar elevada representatividade numérica (41%), o que não acontecia no caso da reincidência criminal. Ou seja, surgem quase tantos sujeitos com uma gestão-manutenção de consumos auto-determinada como os havia nas fases de iniciação, traduzindo, a este nível, uma realidade claramente distinta da do crime (nesta amostra). Encontrámos, de facto, reportadas com elevada representatividade, quer lógicas de consumo auto-determinadas, assentes na experiência (saber) de si, quer lógicas justificativas dos consumos hetero-determinadas, ora pelas determinações ontológicas (dependência), ora pelas determinações solidárias (pressão social).

Poderá dizer-se que tudo se passa como se o fenómeno droga ou, mais correctamente, a realidade (constituída) e a experiência do seu consumo se operasse nos pólos extremos da (auto) determinação pessoal (individualidade psíquica) ou do (hetero) determinismo, químico (da substância), ou social (do grupo que pressiona a... ou da sociedade que retira todo o suporte necessário para resistir a...). Uma possível tradução empírica daquilo a que Agra (1991) chamou já o *jogo trágico* na relação com a droga - o do sujeito que, na vontade de se auto-produzir outro, se revelar sujeito autopoiético através de uma relação criativa e (auto) criadora com as drogas, acaba por se conduzir ao jogo inverso, de anulação de si enquanto sujeito auto-produtor, suspendendo ou condicionando as condições históricas (biológicas, psicológicas e sociais) a

partir das quais se poderia construir a si próprio criativamente. Como afirma este autor, estaremos perante uma vontade de fundação ética, em razão subjectiva, que acaba por se tornar uma biologia do comportamento elementarista, por redução substantiva.

Relações droga-crime

Ao nível das relações droga-crime referidas pelos sujeitos desta amostra, é, no mínimo, curioso verificar que 91% dos delinquentes-consumidores (não esquecer que 28% dos sujeitos da amostra total não são consumidores de drogas, logo, não poderiam referir-se à sua experiência pessoal neste domínio) afirmam que essa relação existiu de facto na sua situação particular, contra apenas 9% dos consumidores a referir a inexistência de uma relação entre os seus consumos e os delitos praticados (Quadro 3).

Quadro 3 - Referências particulares à relação droga-crime (n=246)

Existe relação	91%	(225)
Não existe relação	9%	(21)

No entanto, quando é requerido a esses mesmos sujeitos que explicitem o carácter dessa relação, eleva-se para 35% o número daqueles que não é capaz de o fazer, apenas reafirmando que "ela existe", "é claro que existe", "existe porque existe", etc. (Quadro 4). Dos 56% restantes, 42% reforçam a afirmação de que os delitos surgem ou resultam da necessidade compulsiva de adquirir a substância da qual estão dependentes, 7% referem que o delito foi cometido pelo facto de estarem sob o efeito de uma substância psicoactiva, e 7% referem que, no seu caso, foi o próprio consumo ou posse de drogas que constituiu o delito, isto é, seria a própria droga a constituir o crime, não se tratando propriamente de uma relação, mas de uma verdadeira "assimilação droga-crime", decorrente do próprio carácter de ilicitude das drogas.

Para além das significações e lógicas associadas ao uso de drogas e ao crime, analisámos também os tipos de determinantes que os sujeitos consideravam estar na base dos seus comportamentos. A este nível, a *droga*⁽¹⁵⁾ é aquele que se destaca, com 50% da nossa amostra a referir que cometeu os actos criminais exclusivamente para sustentar os seus consumos de

Quadro 4 - Tipos de relações particulares droga-crime

Tipos de relações referidas pelos delinquentes-consumidores (n= 246)

Apenas diz que existe	35%	(87)
Apenas diz que não existe	9%	(21)
A prática do crime serviu para sustentar os consumos	42%	(104)
O crime foi cometido em consequência de estados de consciência alterados	7%	(18)
A própria droga constituiu o crime (posse e consumo)	7%	(16)

drogas. Se a estes 50% associarmos os 6% que referem, como determinante da transgressão, uma associação entre a pertença a um dado grupo com comportamentos desviantes associados ao consumo de drogas (grupo/droga), teremos, em mais de metade da amostra, a droga como elemento determinante na acção criminal. Segue-se a determinante *económica*, com 12% dos indivíduos a justificar os seus actos pela necessidade de sobrevivência ou desejo de melhoria da qualidade de vida e, muito próximo deste, o *fatalismo*, enquanto determinante da delinquência para 10% destes indivíduos. Finalmente, 7% dos sujeitos referem como determinante fundamental dos seus actos delituosos a orientação pelas *normas* condutuais e experienciais do grupo ou comunidade de pertença, e 15% dos sujeitos apresentam outros tipos de determinação, não responderam ou não foi possível estabelecer uma classificação dominante para as determinações subjacentes aos seus actos. Estes dados estão sintetizados no Quadro 5.

Quadro 5 - Distribuição dos sujeitos relativamente às "categorias de determinantes" dos actos criminais (n=334)

Droga	50%	(168)
Económico	12%	(38)
Fatalismo	10%	(34)
Norma do grupo	7%	(23)
Grupo/Droga	6%	(21)
Outros	15%	(50)

Tal como foi já referido, estudámos, para além das significações das acções, as suas determinações (tipos, modalidades e níveis) e as posições de significação transgressiva (PST) dos sujeitos. Por limitação de espaço, apenas apresentamos neste texto os elementos relati-

vos às significações e sua evolução na trajetória, remetendo para futuro texto a apresentação dos restantes resultados. No entanto, para facilitar a compreensão de algumas das conclusões gerais a apresentar de seguida, iremos referir-nos muito brevemente a alguns dos dados relativos às PST dos sujeitos. A começar pelo facto de se encontrar um elevado paralelismo entre a variabilidade e diversidade das PST, em função do tipo de comportamento em questão, da atribuição ou não de um ao outro, e do ponto da carreira desviante em análise. Assim, verifica-se que, face ao crime, as PST, à semelhança dos planos em que se situam as significações e lógicas da acção criminal, são sobretudo de níveis elementaristas e substantivos (quer no início, quer na reincidência), embora cerca de 26% dos indivíduos apresente posições de *saber sobre o seu acto* próprias dos planos lógicos (solitárias), independentemente do consumo de drogas.

Relativamente ao consumo de drogas, aumenta significativamente o número de sujeitos que se posiciona em PST mais elevadas, fortemente auto-determinadas, numa lógica solitária ou de saber do fazer, verificando-se que, ao contrário do que acontecia para o crime, as PST substantivas, de "fazer por fazer", são muito pouco frequentes (10%, contra 59% para a iniciação no crime). Quanto à manutenção dos consumos, esta continua a ser fortemente orientada por PST solitárias, embora surjam já, com grande relevância, as PST substantivas. Mais uma vez, esta situação vai surgir intimamente relacionada com situações de adictividade grave às substâncias utilizadas, as quais, dominando o funcionamento dos seus sistemas de personalidade e significação, "impedem" o sujeito de exercer uma gestão integrada e integradora sobre os seus actos, neste caso, de *exercer poder (e saber) sobre os seus actos de consumo*. Encontramos aqui mais uma tradução empírica dos movimentos de oscilação entre um *saber do acto de consumir* e o *ser-se arrastado* pelo imperativo do consumo sem gestão/controlado, atrás referidos.

O papel mediador das significações nas trajetórias de droga-crime

Os resultados deste estudo confirmam, à semelhança

de outros, a existência de uma associação entre o consumo de drogas e a prática de crimes, mas demonstram, simultaneamente, a impossibilidade de vermos nessa associação uma relação simples e directa, de causa-efeito, unidireccional e linear, mesmo quando a maioria dos sujeitos inquiridos afirma que, no seu caso concreto, existiu uma relação entre os consumos e a criminalidade, atribuindo, frequentemente, esta última aos primeiros.

As análises realizadas, acerca dos processos subjacentes à determinação das acções e à construção de significações/sentidos para estas (bases para o desenvolvimento das posições de significação transgressiva dos sujeitos), revelaram-nos que, ao contrário do que as "teorias implícitas" sobre o fenómeno têm construído como realidade, o consumo de drogas, por si só, não implica necessariamente a criminalidade, ou, mais correctamente, não define inevitavelmente um dado tipo de determinação criminal ou uma dada posição de significação transgressiva face ao crime. Diferentes formas de determinação e de regulação dos consumos surgem associadas a diferentes significações, a diferentes modalidades e graus de determinação da actividade criminal, ao desenvolvimento de diferentes trajetórias desviantes, o mesmo acontecendo para a situação inversa. Estaremos, assim, perante factores e processos mediadores dessa relação, ao nível da construção de sentidos para a acção e da auto-hetero-determinação desse agir, organizados em *posições de significação transgressiva*. Importa, além disso, salientar o facto de se terem evidenciado diferentes significações possíveis quer para o consumo de drogas (e.g., experiência de si, fuga aos problemas, aventura, adesão ao grupo, dependência,...), quer para a prática de actos criminais (e.g., intencionalidade, melhoria da qualidade de vida ou necessidades económicas, pressão social, falha na reinserção,...) embora, paralelamente, se evidenciasse um grande estreitamento nas significações que emergem para a relação droga-crime⁽¹⁶⁾. Esta variabilidade é superior no caso dos consumos de drogas, sobretudo nos momentos de iniciação, os quais apresentam um espectro de significações e determinações bem mais amplo do que o que surge associado à prática do crime, tanto no início como na reincidência.

De ressaltar, contudo, que 26% dos indivíduos desta amostra apresentam uma lógica e saber dos actos delitivos característicos de posições de significação solitária, que se vai tornando mais forte ao longo da evolução na carreira criminal, auto-determinada pelos sujeitos e recoberta de significações de planos superiores. Os dados deste estudo indicam, aliás, que os indivíduos que se afastam da, ou que recusam a lógica causalista do "a droga leva ao crime", mesmo sendo consumidores, se vão revelando, ao longo das suas carreiras transgressivas, cada vez mais auto-determinados, construindo significações para a acção de planos superiores. O oposto acontece aos que se deixam "submergir" pelo poder da substância, enredando-se nas teias de uma relação intrínseca, e mutuamente hetero-determinante, "droga-crime".

A droga revela-se, assim, substância paradoxal: capaz de alargar o leque das significações, das experiências, do saber e do poder sobre si, quando o indivíduo auto-determina e gere de forma significativa o seu consumo; mas capaz também, quando entra em jogo a dimensão da dependência assumida pelo próprio, de estilhaçar sentidos da acção e sentidos existenciais e transgressivos, antes múltiplos e complexos, agora, substantivado e substantivadores (como que por imperativo químico da substância) da existência e da acção do indivíduo.

Não será de estranhar, por isso, o facto de termos encontrado diferentes evoluções de determinações e sentidos ao longo das diferentes *trajectórias de droga-crime* identificadas. A mais frequente é, sem dúvida, a dos delinquentes reincidentes de carreira, que se iniciaram no crime por volta dos 16-18 anos, sendo a prática do crime posterior aos consumos de drogas e justificada por aquelas. Consumos, que, numa fase inicial da trajectória, foram fortemente auto-determinados pelo sujeito, indiciando uma procura de *saber sobre si*, novas experiências e conhecimentos, por vezes associados a pressão social ou do grupo de pares, mas se tornaram progressivamente mais hetero-determinados, na sequência de uma dependência física e psicológica, que dificulta o seu abandono ou uma gestão dos consumos mais integrada. Apesar disso, são ainda atribuídas às drogas, com

alguma frequência, significações de procura ou de vontade de *saber e de poder sobre si*, muito embora estas se revelem cada vez menos determinantes da própria manutenção dos consumos.

Quanto ao crime, sendo desde o início hetero-determinado (pela necessidade da droga), hetero-determinado se mantém, não sendo também de estranhar a manutenção, ao longo da carreira criminal, de uma posição de significação criminal substantiva, num agir transgressivo não intencionalizado em si, mas que resulta, antes, das exigências dessa substância exterior ao indivíduo, que lhe define e orienta rumos de vida quimicamente determinados. Dados que se revelam congruentes com a atribuição do crime, quer no início, quer nas sucessivas reincidências, à necessidade de sustentar os consumos de drogas, sem outras significações associadas.

Outra das trajectórias encontradas - e que pensamos tratar-se, não de uma trajectória diferente da anterior, mas apenas de sujeitos que se encontram numa fase inicial daquela - engloba um subgrupo de delinquentes primários, consumidores de drogas, que cometeram o seu primeiro acto delituoso entre os 19 e os 25 anos, sendo este um delito directamente relacionado com as drogas (i.e., consumo, posse e/ou tráfico). Não surpreende, assim, que afirmem o seu crime directamente relacionado com os (e justificado maioritariamente pelos) consumos de drogas, sendo toda a sua acção transgressiva fortemente hetero-determinada, é orientada pela droga.

Embora este grupo de sujeitos evidenciasse, numa fase inicial dos consumos, para além de uma posição predominantemente substantiva e elementar, elementos de procura da experiência e de maior conhecimento sobre si, através de novos registos vivenciais e hedónicos, até mesmo essa "pequena dose" de intencionalidade ou a lógica subjacente à procura das drogas vai desaparecendo, dando lugar a uma posição face aos consumos que é (quase) totalmente substantiva e acarreta com ela uma criminalidade substantiva e uma posição geral de significação transgressiva, também ela elementarista e substantiva. Estaremos face a um grupo de consumidores-traficantes, quase totalmente (hetero-) determinados pelas drogas, sujeitos cuja acção e posi-

ção existencial giram e se organizam em torno das drogas e dos ilícitos a elas associados.

Com menor frequência surgem trajetórias como as de um grupo de indivíduos reincidentes, que praticaram crimes violentos, hetero-determinados e substantivos, e que apresentam consumos (neste caso, não de drogas ilícitas, mas de álcool) também eles hetero-determinados, e uma inserção na criminalidade resultante do consumo desta substância, mais particularmente dos estados de consciência alterados induzidos por ela. Ou como a de outro grupo de delinquentes reincidentes e consumidores, mas estes auto-determinados e solitários, com um núcleo de significações e sentidos opostos aos dos anteriores, que se afirmam no consumo de drogas e no crime de uma forma auto-determinada (i.e., por vontade intencionalizada, por *saber de si e saber sobre os seus actos*, governo político da acção) e, mais do que isso, negam a existência de qualquer relação entre os consumos que mantêm e a prática dos crimes. Aqui, talvez mais que em qualquer outro grupo ou trajetória, adquire visibilidade o papel central que podem adquirir as significações e determinações de cada uma das acções (e das relações entre elas), enquanto processos mediadores e integradores e, nessa medida, potencialmente diferenciadores das acções, dos rumos e das posições existenciais dos sujeitos.

Encontrámos ainda um tipo de trajetória que retrata delinquentes consumidores, com hetero-determinação dos consumos e uma posição de significação face a estes de nível substantivo, mas que conseguem associar-lhe, por via da construção de diferentes sentidos existenciais, uma criminalidade que é predominantemente auto-determinada e solitária, com tendência a manter-se assim ao longo do tempo, ou mesmo a evoluir para níveis superiores de significação. Isto, mesmo se a droga surge referenciada como o determinante principal da acção transgressiva, parecendo, contudo, não afectar de forma linear os sentidos e níveis de determinação de que é revestida essa acção. Por oposição, surge também uma trajetória que descreve a evolução de um grupo de delinquentes consumidores, auto-determinados nos seus consumos, e com uma posição de significação face a estes domi-

nantemente solitária, mas que apresentam, em contrapartida, uma criminalidade essencialmente hetero-determinada e com características fortemente solidárias e substantivas. Neste grupo, não é, porém, a droga o determinante fundamental da acção transgressiva (ao contrário dos anteriores grupos), afirmando mesmo, a maioria dos sujeitos, uma *não relação droga-crime* no seu caso concreto, sendo antes o "nós", o elemento colectivo ou a normatividade do grupo, a funcionar como determinante central. Estaremos, assim, perante a *significação solidária por excelência*, a funcionar como um hetero-determinante da criminalidade destes indivíduos.

Como acabamos de ver, estes dados não nos permitem aceitar a ideia, tão difundida, de que todos os consumidores (mesmo em grupos problemáticos como o que constituía esta amostra) evoluem para a situação de dependência, ou para consumos de drogas hetero-determinados (associados ao fenómeno da "escalada") e implicativos de carreiras criminais (hetero-) determinadas pelos consumos de drogas. Embora frequente, esse será apenas um dos possíveis percursos: o dos que se tornaram dependentes das substâncias consumidas e que, sem alternativas legais para a manutenção dos seus consumos, acabaram por se orientar para a via da criminalidade, corporalizando-se na figura do "toxicodependente-criminoso sem competências delitivas", que se envolve de forma pouco intencionalizada e auto-governada no crime, retrato de alguns mas não de todos os consumidores. Retrato, provavelmente, do *junkie de rua* - que domina a visibilidade social do fenómeno droga -, retrato talvez, também, da maioria dos que se encontram nas prisões, até pela "ineficácia criminal" ou falta de saber sobre este acto que revelam. Esta imagem, socialmente prevalente, da trajetória de um *toxicodependente-delinquente* que se desloca da experiência privada (potencialmente criadora) dos consumos iniciais, para a prática pública dos crimes e dos consumos descontrolados, não é senão uma das "versões" do "mundo da droga" e da "relação droga-crime". A forma como contrasta com outras *figuras de delinquentes consumidores e não consumidores* que emergiram na análise factorial de correspondências múltiplas a que foram submetidos os dados dos

estudos realizados (Manita, Negreiros e Agra, 1997), obriga-nos a (re)pensar, quer as formas de *visão*, quer as formas de compreensão, quer as formas de intervenção junto desta população, de modos necessariamente diferenciados entre si. Mas, a esses resultados globais e às inferências relativas à intervenção que eles nos permitem, deixemo-os para uma próxima oportunidade. ■

Celina Manita é Professora Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP) e membro do Centro de Ciências do Comportamento Desviante (CCCD) desta Faculdade. Contactos: CCCD da FPCEUP - Rua do Campo Alegre, nº 1055. 4150-180 PORTO. E-mail: celina@psi.up.pt

Notas

(1) Estes estudos foram desenvolvidos no âmbito do programa mais vasto dos "Estudos Interdisciplinares sobre Droga-Crime" realizados pelo CCCD da FPCEUP, sob coordenação científica do Prof. Doutor Cândido da Agra, publicados pelo Gabinete de Planeamento e Coordenação do Combate à Droga em 1997.

(2) Num sentido similar ao do "sujeito como fim em si mesmo" de Kant (retomado também por Popper e Eccles, para se referirem ao *self* como fim em si mesmo).

(3) São definidos pelo autor 4 estádios do sistema de acção - etológico, etológico-ético, ético-etológico, ético -, em relação com diferentes estratos do sistema de personalidade e correspondendo a diferentes níveis de autopoiiese ou auto-organização do sistema (Agra, 1990, 1994).

(4) Para uma melhor compreensão da teoria do sujeito autopoiético, das suas aplicações ao estudo da transgressão, e das operacionalizações e estudos empíricos já desenvolvidos, ver Agra (1990, 1991, 1994, 1998), Guerra (1994), Queirós (1997), Manita (1997 1998), Manita, Negreiros e Agra (1997).

(5) Não esqueçamos que as técnicas de neutralização surgem integradas na teoria da delinquência de Matza (1964), assente em três grandes ideias-chave: a semelhança entre o delinvente e o não-delinvente (defendendo que, em vez de se falar em e de se estudar a diferencialidade estrutural ou funcional entre sujeitos, se opte pela noção de diversidade associada à de significatividade das situações, dos acontecimentos, das acções); o carácter intermitente e temporário da actividade delinvente que faz dela qualquer coisa distinta duma determinação estrutural (biológica, psicológica ou social); a capacidade do homem para se auto-determinar, e não ser uma mera resultante passiva de forças que estariam para além da sua vontade e controlo.

(6) Totalizando cinco questões relativas à posição de actor e cinco questões similares mas centradas nas atribuições gerais, ou seja, na tomada de posição ou perspectivação que cada indivíduo realiza enquanto observador, o que permitiu a realização de comparações entre estas diferentes posições, dado relevante para uma melhor compreensão dos processos de construção de sentidos (Manita, Negreiros e Agra, 1997). Para além dos aspectos relativos às atribuições e sentidos, recolhemos também,

obviamente, informação sobre características pessoais, socio-demográficas, sócio-culturais, tipos e padrões de uso de drogas e de actividade criminal, situação jurídico-penal, etc.

(7) No que diz respeito às análises relativas às determinações dos actos e às posições de significação transgressiva dos actores, fomos obrigados, dada a inexistência de outros estudos sobre estas dimensões, a proceder previamente a um trabalho de operacionalização de alguns dos conceitos centrais da TSA, com recurso à análise de conteúdo e ao método do "acordo entre juizes independentes", seguindo-se a reclassificação das respostas em função dos critérios estabelecidos nessa primeira fase e posterior tratamento estatístico dos dados assim obtidos. Destas fases do estudo e dos seus resultados não daremos conta no presente texto, remetendo para a leitura de Manita, Negreiros e Agra (1997) e Manita (1998), ou para uma "segunda parte" deste texto, a publicar em breve

(8) Se analisarmos a evolução dos padrões de criminalidade, constata-se que 42% dos sujeitos da amostra manteve o mesmo tipo de delito ao longo do seu percurso criminal, 23% destes indivíduos variaram a modalidade de crime praticado ao longo do tempo (as oscilações mais frequentes comportando os crimes contra a propriedade e os crimes relacionados com as drogas, e sendo a reincidência em crimes violentos infrequente) e, como já referimos, 35% dos sujeitos eram primários.

(9) Os dados relativos às determinações (tipos, modalidades e níveis) e às posições de significação transgressiva, assim como a análise integrada de todas as dimensões estudadas, serão alvo de referência num próximo texto.

(10) Uma caracterização mais pormenorizada das diferentes categorias obtidas pode ser encontrada em Manita, Negreiros e Agra (1997) ou Manita (1998), pois a sua definição aqui extravasaria o âmbito do presente texto.

(11) Como curiosidade, note-se que, numa questão incluída na primeira parte do guião de entrevista - em que se perguntava directamente aos sujeitos se haviam cometido o actual delito sob efeito das drogas -, mais de 50% destes respondeu afirmativamente. No entanto, na segunda parte da entrevista - o núcleo das narrativas induzidas pelas questões abertas, apenas 11% refere o efeito das drogas como elemento determinante das suas acções. A contradição presente nestes dados faz-nos pensar na utilização de *técnicas de neutralização cognitiva dos actos*, estratégias que, como atrás referimos, são frequentemente utilizadas pelos delinquentes para a auto-desculpabilização racionalizada dos seus actos delitivos. O mesmo tipo de "técnicas cognitivas de neutralização" e o mesmo padrão de relação entre droga e crime tem sido encontrado em diferentes estudos Assim aconteceu, p.e., num estudo de S. Brochu (1994), em que a maioria dos arguidos inquiridos sobre as relações droga-crime afirmou que a droga (mais concretamente, os seus efeitos) tinha tido um papel relevante na sua delinquência, conferindo-lhe, entre outros aspectos, coragem para avançar para o cometimento de um certo tipo de acto, ou maior energia para a prática de outro tipo de acto delitivo. Por outro lado, o mesmo efeito impulsor da substância poderia, noutras ocasiões, ter contribuído para facilitar a sua detenção. De forma similar, um estudo realizado por Forget (1990) revela que 1/3 dos delinquentes afirmou ter praticado o delito pelo qual estava condenado, apenas como via para obter os meios necessários à manutenção de dispendiosos consumos de drogas.

(12) Estas categorias que emergem em menor proporção correspondem aos planos de significação de níveis superiores, tais como são definidos por Agra (1990, 1991). Assim acontece com significações de *plano*

solidário (e.g., a "pressão social" com 12% e 8%, respectivamente, no início e reincidência), ou de *plano solitário* (e.g., a "intencionalidade", ou as "características do funcionamento pessoal", com 5%-7% e 4%-6%, respectivamente). A categoria dominante, relacionada com a droga, ou, mais correctamente, com o *fatalismo* da droga, corresponde, por sua vez, ao plano de significação inferior, o *substantivo*.

(13) Retomamos aqui as noções de governo de si, saber de si, saber dos actos, saber do fazer, etc, no sentido em que foram utilizadas por M. Foucault e retomadas por C. da Agra.

(14) Tratando-se de um estudo realizado com uma amostra de reclusos e conhecendo-se a realidade actual da nossa população prisional, não podemos generalizar estes resultados e acreditar que esta é "a realidade do crime", ou dos criminosos do nosso país, apesar de ser uma das suas manifestações mais visíveis - a da "formação droga-crime" (Agra, 1997, 1998). Outros estudos desenvolvidos pela autora (Manita, 1998), com diferentes amostras de criminosos confirmam, aliás, esta ressalva.

(15) Por vezes associada ao álcool. Algumas vezes surgiu apenas o álcool como determinante principal do ilícito, mas neste caso já não o delinquir para sustentar consumos de álcool, antes o delinquir sob o efeito do consumo excessivo de álcool. Aliás, ao consumo excessivo de álcool surgem associados, de forma mais destacada, o homicídio e a violação e, só depois, o furto.

(16) Verifica-se, de facto, que a maioria dos sujeitos considera apenas uma relação de instrumentalidade ou de subordinação da delinquência (como, aliás, da sua própria existência) às drogas: pratica-se o crime para sustentar os consumos ou, em percentagem bastante inferior, porque se estava sob o efeito das drogas, sendo pouco frequentes as referências a outras significações para essa relação (p.e., o convívio frequente com "colegas delinquentes" ter gerado maior curiosidade/apetência pelas drogas; o consumo de certas drogas facilitar a prática de certos crimes).

Bibliografia

AGRA, C.M. (1986). Adolescência, comportamento desviante e auto-organizado: modelo de psicologia epistemanalítica. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 2, pp. 81-87.

AGRA, C.M. (1990). "Sujet autopoïétique et transgression". In *Acteur social et délinquance - homage à Christian Debuyst*. Bruxelas: Pierre Mardaga, Ed.

AGRA, C.M. (1991). "Sujet auto-poiétique et toxicodépendance". *Centre International de Criminologie Comparée*. Université Montréal, Abril 1991.

AGRA, C. M. (1994). Science de L'Éthique et Droit Pénal. *Carrefour*, 16, 2, pp.108-129.

AGRA, C.M. (1997). "A experiência portuguesa: programa de estudos e resultados". In C. da Agra (Dir.), *Droga-crime: Estudos Interdisciplinares*, vol. 1. Lisboa: GPCCD.

AGRA, C.M. (1998). *Entre droga e crime*. Lisboa: Ed. Notícias.

ATLAN, H. (1979). *Entre le cristal et la fumée*. Paris: Ed. du Seuil.

BARDIN, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Ed. 70.

BAUMEISTER, R.F. (1991). *Meanings of life*. New York: Guilford Press.

BAUMEISTER, R.F. & Newman, L.S. (1994). "How stories make sense of personal experiences: motives that shape autobiographical narratives". *Personality and Social Psychology Bulletin*, 20, 6, pp. 676-690.

BLUMER, H. (1969). *Symbolic Interactionism. Perspective and Method*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.

BROCHU, S. (1994). "Consommation de psychotropes et questions criminelles". In D. Szabo & M. LeBlanc (Eds.), *Traité de Criminologie Empirique*. Les Presses de l'Université de Montréal.

BRUNER, J. (1986). *Actual minds, possible worlds*. Harvard University Press.

BRUNER, J. (1991). *Acts of meaning*. Harvard University Press.

DENZIN, N.K. (1990). *Interpretive Interaccionism*. Applied Social Research Methods Series, vol. 16. California: Sage.

FAUPEL, C.E. (1991). *Shooting dope. Career patterns of hard heroin users*. Florida: University of Florida Press.

- FORGET, C. (1990). *La consommation de psychotropes chez les détenues de centres de détention de Montréal*. Mémoire de Maîtrise inédit, Université de Montréal.
- GERGEN, K.J. & Gergen, M.M. (1988). "Narrative and self as relationship". In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in Experimental Social Psychology*, vol. 21. S. Diego: Academic Press.
- GHIGLIONE, R.; Beauvois, J-L.; Chabrol, C. & Trognon, A. (1980). *Manuel d'analyse de contenu*. Paris: Armand Colin.
- GUBA, E.G. & Lincoln, Y.S. (1989). *Fourth generation evaluation*. California: Sage.
- GUERRA, M. P. (1994). *Seropositividade e auto-organização psicológica: um modelo de avaliação da adaptabilidade humana à seropositividade ao vírus da SIDA*. Porto: F.P.C.E.U.P.
- HEIDER, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. N.Y.: John Wiley & Sons.
- INGOLD, S. & Ingold, F.R. (1988). "Complementarité méthodologique des approches quantitative et qualitative de la recherche dans le champ de la toxicomanie". *Bulletin de méthodologie sociologique*, 20, pp. 33-48.
- INGOLD, S. & Ingold, F.R. (1990). *La complementarité des approches quantitative et qualitative*. Comunicação apresentada em Paris, 19-20 de Abril.
- KELLEY, H.H. (1971). *Attribution in social interaction*. N.Y.: General Learning Press.
- MANITA, C. (1997). "Personalidade e acção em consumidores de drogas e delinquentes". In C. da Agra (Dir.), *Droga-crime: Estudos Interdisciplinares*, vol. 8. Lisboa: GPCCD.
- MANITA SANTOS, C. (1998). *Auto-organização psicológica e transgressão. Análise empirico-crítica de duas figuras do comportamento desviante: criminosos e consumidores de drogas*. Porto: FPCEUP (tese de doutoramento, não publicada).
- MANITA, C.; Negreiros, J. e Agra, C. (1997). "Planos de vida, droga e crime". In C. da Agra (Dir.), *Droga-crime: Estudos Interdisciplinares*, vol. 9. Lisboa: GPCCD.
- MATURANA, H. & Varela, F. (1980). *Autopoiesis and cognition: the realization of the living*. Boston, MA: Reidel.
- MATZA, D. (1964). *Delinquency and drift*. New York: John Wiley.
- MATZA, D. (1969). *Becoming Deviant*. New Jersey: Prentice Hall.
- MCKEGANEY, N. (1995). "Quantitative and qualitative research in the addictions: an unhelpful divide". *Addiction*, 90, 6, pp. 749-751.
- MEAD, G.H. (1934). *Mind, self and society from the standpoint of a social behaviorist*. Chicago: University of Chicago Press.
- MURRAY, S.L. & Holmes, J.G. (1994). "Storytelling in close relationships: the construction of confidence". *Personality and Social Psychology Bulletin*, 20, 6, pp. 650-663.
- QUEIRÓS, C. (1997). *Emoções e comportamento desviante. Um estudo na perspectiva da personalidade como sistema auto-organizador*. Porto: FPCEUP (tese de doutoramento, não publicada).
- ROBINSON, J.A. & HAWPE, L. (1986). "Narrative thinking as an heuristic process". In Sarbin (Ed.), *Narrative psychology: the storied nature of conduct*. New York: Praeger.
- SARBIN, T.R. Ed. (1986). *Narrative psychology: the storied nature of conduct*. New York: Praeger.
- SYKES, G. & Matza, D. (1957). "Techniques of neutralization: a theory of delinquency". *American Sociological Review*, 22, pp. 664-673.
- VARELA, F.J. (1988). *Connaître. Les Sciences Cognitives*. Paris: Ed. du Seuil.